

N. CLASS. m 372.21
CUTTER B478a
ANO/EDIÇÃO 2016

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS – UNIS/MG

PEDAGOGIA

ANA KAROLINE ARCANGELO BENTO

O AMBIENTE ESCOLAR INFANTIL E AS RELAÇÕES SOCIAIS

Varginha

2016

FEPESMIG

Registro: 156640
Data: 25/08/2016

ANA KAROLINE ARCANGELO BENTO

O AMBIENTE ESCOLAR INFANTIL E AS RELAÇÕES SOCIAIS

Monografia apresentada ao Centro Universitário do Sul de Minas Unis/MG, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciada no Curso de Licenciatura em Pedagogia. Orientador: Profa. Mônica Ribeiro Ramos.

Varginha

2016

FEPESMIC

ANA KAROLINE ARCANGELO BENTO

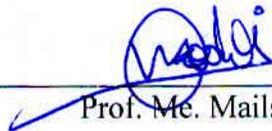
O AMBIENTE ESCOLAR INFANTIL E AS RELAÇÕES SOCIAIS

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia do Centro Universitário do Sul de Minas- UNIS/MG, como pré requisito para obtenção do grau de Licenciatura, pela Banca Examinadora composta pelos membros.

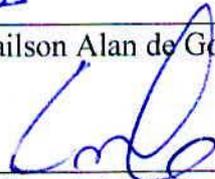
Aprovado em 20/06/2016.



Prof. Mônica Ribeiro Ramos.



Prof. Me. Mailson Alan de Godói



Profa. Dra. Terezinha Richartz

OBS.:

Dedico a todos os meus familiares que me auxiliaram nesta etapa. Em especial aos meus pais que me ajudaram a vencer as dificuldades desse período. A minha mãe, Maria de Nazareth, por abrir mão de seus sonhos para concretizar os meus. Meu pai Edson, por me ensinar o valor da honestidade para alcançar o sucesso. E a minha avó, Judith, por me ensinar a importância do estudo, exemplo de pessoas em quem vou me espelhar por toda vida.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora Aparecida, por essa vitória alcançada sobre a sua intercessão. Agradeço também a toda minha família, pelo constante apoio para a realização desse sonho. Em especial ao meu irmão Gabriel, pelo apoio e incentivo para a concretização dessa formação.

“Jesus, eu confio em vós.”
(Santa Faustina)

RESUMO

Este trabalho trata da socialização na educação infantil, em uma perspectiva humanizante e cidadã. Tal abordagem se faz necessária, pois passa a considerar a educação infantil como processo essencial para o futuro educacional e para a formação plena das crianças, facilitando sua inserção nos anos seguintes e também em sua formação integral, produtiva e social. O objetivo é analisar a importância das práticas escolares utilizadas para a adaptação e socialização nesta primeira etapa da educação básica, e os elementos que interferem para que essa iniciação seja abrangente às necessidades dos pequenos. Apresenta métodos facilitadores que podem contribuir para a socialização dos pequenos, através de brincadeiras e jogos. Este propósito será conseguido mediante pesquisa bibliográfica, através de livros sobre a história social da criança e seu desenvolvimento e a importância das práticas lúdicas utilizadas na Educação Infantil, concluímos que o período da infância é fase crucial para a adaptação ao meio social e à ampliação de conhecimentos, por se relacionar com os educadores e com os demais integrantes da instituição de ensino. Isso por meio de um processo dinâmico com constantes interações e aprendizados, beneficiando todos os seus envolvidos de maneira totalizada.

Palavras-chaves: Infância. Educação Infantil. Socialização. Brincadeiras e Jogos.

ABSTRACT

This paper treats the socialization at children's education, in an educational, in a humanizing and citizen perspective. Such approach is necessary because the quality of children's education period is considered vital for the educational future and for the social development of children. The importance of school practices used for adaptation and socialization in this first stage of basic education, as well as the elements that intervene to become this initiation all-encompassing to the needs of small children. It shows the importance of social relationships for children's development and emphasizes the use of fun and games as great potential resources in the school environment, through books on the social history of the child and its development and the importance of play practices used in kindergarten, we conclude that the period of childhood is crucial phase for adaptation to the social environment and the expansion of knowledge by relating to the educators and other members of the educational institution. Such expansion is reached within a dynamic process with constant interactions and learnings, benefiting everybody who is involved. This purpose will be achieved by bibliographic research.

Keywords: *Childhood. Children's Education. Socialization. Fun and Games.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 A INFÂNCIA.....	11
3 A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....	16
3.1 Os primeiros vínculos.....	19
3.2 A escola.....	20
3.2.1 O processo de adaptação escolar.....	22
3.2.2 A postura do educador.....	24
4 O PAPEL DOS JOGOS E DAS BRINCADEIRAS NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO.....	27
5 CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS.....	34

1 INTRODUÇÃO

O ambiente escolar infantil e as relações sociais é uma pesquisa realizada através da leitura de obras de autores das áreas da educação, com a pretensão de entender quando são importantes as relações e as práticas escolares na primeira etapa da educação básica, considerando o processo educativo um benefício para o desenvolvimento integral das crianças.

Tal abordagem se justifica, pois a educação infantil é o período mais importante do processo educativo para a abertura às novas aprendizagens e integração com o ambiente social da escola, que possibilita a formação de vínculos afetivos com os integrantes desse processo, e em alguns casos, é vista infelizmente como um depósito para diversão.

Os objetivos da pesquisa são identificar as especificidades da Educação Infantil, com ênfase nos processos que facilitam a socialização e adaptação na instituição e a importância dos vínculos construídos nesta fase. Demonstra também a importância de educar em uma ação construtiva, através de atividades lúdicas como as brincadeiras e os jogos para a adaptação escolar.

Visando por melhorias a Educação Infantil amplia seu conceito saindo da mesmice de ser um ambiente no qual as crianças são somente colocadas para se divertir e brincar, e assume o dever de se tornar formadora e construtora de sujeitos responsáveis. Nela se desenvolvem conceitos e valores para a sua formação ética e moral, de maneira lúdica, não deixando de ser um ensino de qualidade e flexível a mudanças.

As relações afetivas construídas em conciliação com o ambiente social são essenciais para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças. O envolvimento e a participação em extensos grupos culturais, inclui a escola como o ambiente social mais abrangente a formação integral de seu público. Assim seus integrantes e colaboradores necessitam de uma conduta ética para beneficiar a iniciação escolar. É neste período que ocorrem inúmeras descobertas, e o mesmo proporciona uma ampla possibilidade de trocas de informações favoráveis às novas aprendizagens, sendo ofertadas através de metodologias lúdicas que garantem que a aprendizagem seja significativa e de modo socializador.

Assim, pretendem-se detectar o seguinte problema, as práticas escolares utilizadas nesta primeira etapa de escolarização das crianças beneficiam a adaptação e a socialização de seus precursores. Estão trazendo benefícios para o futuro educacional e para a formação social das crianças? Essas mesmas práticas estão adequadas com este período de aprendizagem e

desenvolvimento infantil? Enfim, serão expostos os seguintes tópicos dessa pesquisa, sendo apresentados através de metodologia bibliográfica.

O segundo capítulo trata do período da infância, em suas principais transformações. Sendo o tratamento diferenciado que a criança tinha em determinadas épocas da sociedade, apontando suas características e o significativo espaço conquistado por ela. Como as importantes colocações dos autores Philippe Ariès (2006), Gleisy Campos e Lilian Lima (2010) e Sonia Kramer (1996).

No capítulo seguinte, apresenta a importância das relações sociais para o desenvolvimento infantil, processo essencial de construção de vínculos para a compreensão e integração ao contexto social. Abrangendo em seus tópicos a família como grupo principal à essa formação, logo se estendendo a outros grupos sendo a escola, o grupo também incluso. E dentro da instituição de ensino os educadores, no qual sua relação afetiva, sua conduta ética e profissional irá resultar positivamente nesta formação. Citando o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), a contribuição de Luiza Valle e Raquel Guzzo (2004) e Gilda Rizzo (1985), atentando aos elementos que facilitam a adaptação dentro da instituição.

E partindo dos elementos facilitadores a iniciação escolar, o quarto e último capítulo contribui apresentando e valorizando a utilização de atividades lúdicas, como os jogos e as brincadeiras no processo de socialização. A infância não pode ser passada sem ter a prática e a inclusão de brincadeiras e jogos que envolvem a relação com o outro, com o mundo, garantindo a assimilação de novos conceitos através das experiências e de troca com os demais integrantes. E se baseia nos autores Tizuko Kishimoto (2011), Maria Carolina Duprat (2014) e Manoel Moura (2011). Metodologia bibliográfica.

2 A INFÂNCIA

Um aspecto a se considerar é o período da infância como indispensável para todo o desenvolvimento inicial das crianças. Período pelo qual todos nós passamos e percebemos sua valiosa abertura para novas aprendizagens. Etapa que passa por mudanças consideráveis no decorrer do tempo, ao tratar da educação e do cuidado dos principais indivíduos dessa fase.

No período da Idade Média, conforme salienta Ariés (2006), a criança era considerada inútil e mal vista pela sociedade. Santanna, Miranda e Santin (2014), complementam a visão da infância, em que a criança era vista como impura, sem alma e sem identidade e, em outros, ela foi elevada à categoria de ser superior e com uma bondade natural. Por isso, deve ser preservada da sociedade corrompida.

Quebrando esse paradigma, as crianças saem do anonimato e aparecem como peça essencial a ser educada com os melhores cuidados possíveis, garantido a elas seus inúmeros benefícios e direitos. E, também, se vê esse período como essencial para a formação social e o exercício futuro da cidadania.

O período da infância deve ser compreensivo às necessidades apresentadas pelas crianças nesta etapa, respeitando e identificando as dificuldades e as limitações de seus indivíduos. É o momento eficaz para inserir a criança ao contexto social e também prepará-la para o desenvolvimento da própria opinião crítica diante dos acontecimentos do cotidiano.

A infância é uma construção social que varia de acordo com o momento, as gerações e o contexto histórico. Não é uma determinação biológica pela qual toda criança passará indistintamente, 'uma etapa pré-fixada de amadurecimento que toda criança apenas repete', mas de um ser histórico social com características indenitárias distintas. (CAMPOS; LIMA, 2010, p. 22).

Nessa etapa é importante considerar o respeito pelo desenvolvimento e ritmo que cada um irá apresentar e entender as individualidades e os processos que cada criança tem para seu amadurecimento. Respeitando as etapas de desenvolvimento por que cada uma delas passará, compreendendo como um processo de formação continua que precisa ser incentivada de várias formas, considerando principalmente o contexto e as inovações sociais de cada época.

Se, em uma época valorizam-se cantigas de roda, os 'causos' contados pelos mais velhos (avós, pais), a criança de hoje prefere o vídeo game, o computador, os desenhos animados. Ela não deixou de ter infância por preferir assistir à televisão a brincar de bola de gude na rua. Seria complicado e autoritário de nossa parte querer impor às crianças

brincadeiras que não fazem parte do seu contexto e esperar que elas gostem. (CAMPOS; LIMA, 2010, p. 27).

As mudanças sociais acontecem no contexto social e familiar, e também e se refletem nos gostos e interesses das crianças, ao optarem por outras atividades e brincadeiras. Elas não deixaram de viver e sentir os acontecimentos e as descobertas desta fase, apenas se inseriu ao contexto diante as tantas inovações da sociedade. Portanto, continuam a ser crianças e torna-se inútil substituir as atitudes delas por outras.

Mas nem sempre foi assim, antes de adquirirem todo esse espaço, aconteceram muitas modificações, pois evidentes alterações ocorreram nesta fase para que elas tivessem seus direitos e limites respeitados como são nos dias atuais. Por serem consideradas como incapazes por terem pouca idade, não lhes eram garantidos tais benefícios.

Para Kramer e Souza (1996), a criança era vista como um mero receptor de conceitos e regras, em que suas limitações eram notáveis. Assim eram excluídas por não ter vivido o bastante para entender o passado e por não ter responsabilidade suficiente para respeitar a experiência de adulto.

Conforme relatam as autoras, as crianças não possuíam muitas regalias. Sua incapacidade era notável e sempre ocupavam o papel secundário dentro de uma família. Assim era até adquirirem idade suficiente para herdar, governar, ampliar e dar continuidade aos bens na ausência dos pais. No entanto, em várias organizações é percebida a seriedade que essa fase carece, pois são pessoas que precisam ser cuidadas, escolarizadas e preparadas para o futuro.

Passado por modificações, o período da infância começa a ser visto sob uma nova ótica. Com isso nota a importância de corrigir as crianças desde a mais tenra idade, mostrando a elas o melhor e o caminho mais seguro a seguir. Guiando para as práticas de boas ações e ao conquistar à fase adulta, tornarem-se pessoas responsáveis e conscientes de seus atos.

Ainda segundo as colocações de Kramer e Souza (1996), essa mudança é relevante, e considera o sentido de infância estabelecendo uma dupla atitude com relação à criança: preservá-la da corrupção do meio, mantendo sua inocência e fortalecê-la, desenvolvendo o seu caráter e sua razão.

Essas duas posturas fundamentam o conceito que persiste até hoje, considerar todas as crianças como agentes em transformação e em constantes descobertas e aprendizagens. E não mais como pessoas em um período de passagem e espera para a fase adulta. Nesta visão de infância suas modificações históricas ganham muitos espaços, entre eles se destaca o direito

mundial da criança em seu desenvolvimento integral, estendido a todas e sem exceção de classe ou raça.

Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil passa, no Brasil, a ser direito da criança e dever do Estado, da família e da sociedade. Essa condição coloca em movimento um processo de valorização da educação das crianças pequenas, de modo a promover o seu desenvolvimento integral como pessoa. (SANTANNA; MIRANDA; SANTIN, 2014, p. 60). Sendo iguais perante os direitos, todas as crianças independentes de suas peculiaridades têm os mesmos direitos e precisam ser levadas a esse benefício. “Ter oportunidades para seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade.” (BRASIL, 1990, p. 1).

Diante de seus próprios direitos, as crianças precisam ter suas individualidades respeitadas, deixando que suas capacidades se desenvolvam conforme suas próprias possibilidades, considerando a influência do contexto social em que está inserida e das pessoas com quem se relacionam. Nessa fase de assistência e cuidado é possível possibilitar que seu desabrochar seja em vários momentos de sua vida, tanto na interação como através da linguagem oral, em meio aos diálogos.

Segundo Souza (1994), é na infância que se constitui a necessidade da linguagem e, para penetrar na corrente viva da língua, a criança deve operar uma transformação radical, ou seja, transformar a experiência sensível em discurso humano. Em outras palavras, a infância é o momento em que a linguagem humana emerge como significação, pois é na fala da criança que acontece a passagem do signo linguístico para a ordem do sentido.

E essa etapa infantil é essencial para a formação integral das crianças. Diante desta importância resgata a necessidade de envolver alguns enfoques em seu decorrer, torna-se abrangente uma melhor intensidade e produtividade para lidar com as dificuldades demonstradas pelos pequenos. Quanto mais este período for produtivo e significativo aos interesses dos favorecidos desta fase, com mais facilidade e desempenho eles irão conquistar sua própria independência e autonomia.

A criança não é um simples ser impossibilitado de conviver em sociedade e com os mais experientes, pelo contrário, precisam desse contanto de relações e convívio com o próprio meio social para adquirir conhecimentos tanto sobre a tradição que a acompanha como também aos acontecimentos da realidade local.

A compreensão de plantinha bem cuidada que dará bons frutos pode caracterizar uma concepção fragmentada e restrita de criança, que precisa ter assistência e cuidado para se

desenvolver, esquecendo-se de que a criança já é um ser de direitos e deve ser compreendida pelo que ela é e não pelo o que vir 'ser'. (CAMPOS; LIMA, 2010, p. 25).

Em um processo sistemático e dinâmico deve se basear a formação e o cuidado contínuo das crianças, não restringindo seus direitos e deveres. Devem priorizar o seu desenvolvimento, incentivos para a formação de cidadãos críticos e responsáveis por seus atos, evitando qualquer tipo de limitação que não irá beneficiar e deflagrar sua autonomia.

Segundo Campos e Lima (2010, p. 22), "a infância tem maneiras próprias de ver as coisas, o mundo, de pensar e sentir, e essas maneiras precisam ser respeitadas e não se querer substituir essas atitudes pelas nossas. Quando isso acontece, estamos ferindo a autonomia e a liberdade da criança."

A formação de crianças mais responsáveis, implica em expandir uma gama de possibilidades e situações em que ela mesma se inclua e participe nestes acontecimentos. Possibilitar situações concretas nas quais seu papel será intervir e solucionar os problemas e as dificuldades a ela apresentadas, incentivando a construção social de pessoas com mais autonomia e a iniciativa rumo à resolução de problemas.

Com as inúmeras potencialidades que as crianças possuem, com apoio e os incentivos constantes, elas vão construindo atitudes e hábitos que serão importantes para o futuro escolar. Estes estímulos abrangem cada vez mais a exposição de ideias e expressão dos conhecimentos, resultando em pessoas mais críticas e participantes do grupo a sua volta.

Segundo Rizzo (1985), é preciso oferecer oportunidade às crianças de se agruparem, competirem, brincarem juntas, distribuírem tarefas e responsabilidades entre si. É atividade que propicia fortes estímulos ao desenvolvimento social além, é claro, dos estímulos ao desenvolvimento físico.

É importante que a criança seja livre para fazer sua escolha, por exemplo, ter permissão de escolher livremente a atividade que irá fazer. Estas escolhas irão resultar na construção da autonomia proporcionando independência. Ofertando possibilidades para que ela mesma perceba que certos desejos e vontades não poderão ser garantidos, respeitando também as individualidades do outro e jamais ultrapassar a sua privacidade. Até mesmo em atividades conjuntas, valorizando o trabalho coletivo e aceitando o outro e suas opiniões.

Não somente proporcionar o estímulo às escolhas, mas garantir a oportunidade de tomada de decisões baseadas em suas próprias escolhas e vontades, enxergando e arcando com as possíveis consequências de suas escolhas. Sendo assim, as próprias crianças terão a oportunidade de se auto avaliar em relação a si mesma e sem prejudicar ao outro.

Ainda segundo Rizzo (1985), o desenvolvimento infantil é muito complexo, integrado e não se faz por um somatório de pedaços. Cada estímulo pode criar motivo para desencadear atividades diferentes e experiências variadas a cada atividade podem atingir vários objetivos de desenvolvimento ao mesmo tempo.

Percebe-se assim que o processo que integra a concepção infantil das crianças, além de ser integral necessita ser amplo e disposto a inovações. Torna-se necessário despertar nos mesmos o desejo de aprender cada vez mais e participar dos acontecimentos da sociedade, partilhando de informação já aprendida para uma melhor apreciação das futuras aprendizagens.

Craidy e Kaercher (2001), também ressaltam que o desenvolvimento infantil é um processo dinâmico, pois as crianças não são passivas, meras receptoras das informações que estão à sua volta. E que é através do contato com seu próprio corpo, com as coisas de seu ambiente, bem como através da interação com outras crianças e adultos que vão desenvolvendo a capacidade afetiva, a sensibilidade e a autoestima, o raciocínio, o pensamento e a linguagem.

Como o período da infância é essencial para o futuro de nossas crianças, surge então a preocupação com o processo educativo do desenvolvimento integral delas, que visa ser realmente produtivo e de qualidade, atendendo a cada indivíduo em suas especificidades, aliadas ao cuidar proporcionando um ensino de qualidade.

3 A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Segundo Émile Durkheim (1989), socialização é manter, fortalecer ou romper relacionamentos, fazer parte de um grupo social, fazer parte de uma comunidade, conviver com valores, com regras e normas básicas para que todo o processo de convivência se concretize e reproduza as ações sociais numa totalidade, passando nossos costumes para as próximas gerações. “Processo pelo qual os indivíduos formam a sociedade e são formados por ela que é chamado de socialização.” (TOMAZI, 2013, p. 21).

O homem é um ser social e histórico. É marcado pelo meio social e o marca também.

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. Sendo profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca (BRASIL, 1998, p. 21).

Através da assimilação da cultura em que vive, a criança se depara com comportamentos considerados adequados e corretos à sociedade. Para que ele se desenvolva socialmente é preciso distinguir as condutas certas das erradas.

Parte do desenvolvimento social está em aprender a distinguir entre a conduta certa e a errada, ou seja, reconhecer o comportamento social aprovado ou reprovado. E a criança aprende o que fazer e o que não fazer e, conforme percebe melhor o comportamento dos outros, aprende a reconhecer quais das suas ações são consideradas boas ou más. (VALLE; GUZZO, 2004, p. 109).

A convivência com outras pessoas em ambientes diversos oferece uma diversidade de situações que ajudam nesta construção de conceitos e ideias pertencentes à sociedade. Há uma integração de ideias.

Integração essa que se constrói em conjunto do contexto de cada indivíduo, com o contato frequente e a comunicação entre as pessoas de sua convivência, sejam com as pessoas do mesmo grupo familiar ou não, possibilitando assim um grande envolvimento e respeito à diversidade de culturas. Pois, “conforme a criança amadurece socialmente ela aumenta o comportamento de cooperação, de comunicação, de organização à situação social com os grupos de convívio.” (VALLE; GUZZO, 2004, p. 77).

Ainda segundo Valle e Guzzo (2004), cada criança nasce num ambiente social complexo, com um elenco de personagens (irmãos, pais, avós, babás, professores, amigos)

que também se inserem num sistema social amplo da comunidade (emprego e vizinhança) que obedecem a sistemas sociais mais distantes. A criança também participa de diversos universos sociais, como festas populares de sua cidade ou bairro, igreja, feira ou clube, ou seja, pode ter as mais diversas vivências, das quais resultam um repertório de valores, crenças e conhecimentos.

A socialização das crianças acontece por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma. Se dá com a disponibilidade ao acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética. (BRASIL, 1998, p. 13).

Esta participação nas práticas sociais estimula o desenvolvimento de diversas capacidades, entre elas a de se expressar, de se comunicar, formando sua própria opinião e expondo seus pontos de vista, a capacidades de interagir participando dos acontecimentos da sociedade.

É papel dos pais e da escola educar as crianças para viver bem em sociedade. Já que a socialização é o processo pelo qual a criança adquire comportamentos, atitudes, valores, etc., considerados adequados pela cultura em que vive. Assim a criança precisa estar socializada em casa e no bairro, com comportamentos aceitos pela família, e ao mesmo tempo, adaptada na escola, onde as expectativas podem ser muito diferentes. (VALLE; GUZZO, 2004, p. 33).

As regras de boa convivência são fundamentais para se viver com mais segurança e autonomia em uma sociedade. Sendo que “a criança mais estimulada e acarinhada responde com mais interesse ao ambiente, enriquecendo suas experiências.” (VALLE; GUZZO, 2004, p. 41).

A socialização é um processo que abrange a aprendizagem e o ato de relacionar com inúmeros grupos sociais. É essencial para o desenvolvimento infantil ao possibilitar a integração dos indivíduos com os outros em processos de cooperação e atitudes para agregar aos acontecimentos da sociedade.

Reconhecer a importância das regras e a utilização destas se faz necessário para viver em sociedade. E no universo infantil essa ação pode ser alcançada por intermédio das brincadeiras, dos jogos e diálogos com outras pessoas. E no ambiente escolar essa afirmação não é diferente, esses processos acontecem de maneira construtiva e abrangente às necessidades de seus envolvidos. Sendo que “a escola será a continuação e o complemento da educação recebida pela criança no meio familiar devendo, em muitos casos, compensar déficits importantes da educação familiar.” (VALLE; GUZZO, 2004, p. 22).

Valle e Guzzo (2004), contribuem novamente ao ressaltar que, o caminho para acompanhar e estimular a criança na conquista do mundo envolve o respeito por sua característica natural de aprender, que acontece pela brincadeira. Brincando, a criança está aprendendo sobre o mundo: o brincar se apresenta para elas como um direito tão importante quanto à saúde e a educação, pois é através de seus brinquedos e brincadeiras que elas têm oportunidades de desenvolver um canal de comunicação e abertura de diálogo com o mundo dos adultos, com o qual a criança restabelece seu controle interior, sua autoestima, desenvolvendo relações de confiança consigo mesma e com os outros.

A brincadeira favorece a autoestima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos. (BRASIL, 1998, p. 27).

Nestas brincadeiras, a criança tem a oportunidade de desenvolver atitudes que envolvem o respeito ao outro, a cooperação, a tomada de decisões, a construção de regras. É importante o cuidado dos educadores ao proporcionar essas interações, propondo a elas um momento de lazer em prol a formação de pessoas mais autônomas e cientes de suas tarefas, direitos e respeito ao próximo.

A ação do professor de educação infantil, como mediador das relações entre as crianças e os diversos universos sociais nos quais elas integram, possibilita a criação de condições para que elas possam, gradativamente, desenvolver capacidades ligadas à tomada de decisões, à construção de regras, a cooperação, à solidariedade, ao diálogo, ao respeito a si mesmas e ao outro, assim como desenvolver sentimentos de justiça e ações de cuidado para consigo e para com os outros. (BRASIL, 1998, p. 43).

O educador ao mediar às relações, disponibiliza a construção de atitudes para o próprio bem estar, para o respeito com o próximo e contribui para o desenvolvimento social das crianças, considerando como indispensável para a educação infantil abranger uma ação educativa, humanizante e cidadã.

Campos e Lima (2010), reforçam esse conceito ao dizer, que as relações entre as pessoas do convívio da criança, tanto nos espaços escolares como nos familiares, são determinantes para sua formação, contribuindo, assim para o desenvolvimento de um ser humano, capaz de agir com autonomia, de respeitar seus pares e enfrentar os desafios do dia-a-dia com mais segurança. Pois “as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem.” (BRASIL, 1998, v. 1.

p. 22). “E esse processo de aprendizagem para a criança depende, por exemplo, do seu relacionamento com a professora, com os colegas e com a família.” (VALLE; GUZZO, 2004, p. 29).

O conhecimento destas regras pode ser adquirido em um espaço rico de convivências, de ludicidade e de interações marcadas pelo encontro de diferentes culturas, crenças e valores, por intermédio de trocas de conhecimentos entre os sujeitos envolvidos. Daí a importância dos espaços de convívio das crianças, sendo que o mesmo contribui para desenvolvimento das pessoas em que associam a ele. E são diversas as vivências que promovem a interação, porém neste material serão citados apenas alguns, como será abordado nos próximos tópicos.

3.1 Os primeiros vínculos

A família é o primeiro vínculo que a criança estabelece e a primeira matriz de socialização. Sendo o primeiro grupo de convivência tem uma importância no processo de socialização. E estes primeiros vínculos que estabelecem, não apenas cuidam da criança, mas também medeiam seus contatos com o mundo, atuando com ela, organizando e interpretando para ela esse mundo. (BRASIL, 1998).

É neste vínculo que a criança convive com as primeiras regras e limites, e seu estabelecimento é importante para não prejudicar e comprometer o espaço do outro. Segundo Valle e Guzzo (2004), os fatores determinantes para o desenvolvimento social nesses primeiros vínculos são: personalidade, clima de criação e a relação para a satisfação das necessidades da criança,

O papel dos pais como agentes socializadores é fundamental. Suas características de personalidade, a relação estabelecida na satisfação das necessidades básicas da criança e o clima escolhido na prática de criação dos filhos são decisivos para determinar o desenvolvimento social deles. (VALLE; GUZZO, 2004, p. 35).

Os pais devem garantir que a infância desses sejam construtiva e segura. Oferecer espaço para que a criança exerça sua independência e liberdade de expressão, mas também oferecer limites. O equilíbrio entre limites e autonomia dará segurança à criança até onde prosseguir com suas iniciativas. Sendo possível a elas demonstrar capacidades de enfrentar e resolver os possíveis problemas com mais segurança e autonomia.

Ainda há muito que descobrir e aprender com as crianças para compreendê-las e ajudá-las em suas necessidades, principalmente nessa fase de desenvolvimento e crescimento,

em que o adulto é comprovadamente muito significativo na formação da personalidade infantil. (VALLE; GUZZO, 2004).

Em conciliação ao seu crescimento o contato irá se estendendo aos outros grupos, sendo os grupos da escola, amigos, praça os que aparecerem no decorrer dos anos.

Em seguida, as crianças orientam-se para outras pessoas à medida que expandem seus campos de ação. Embora bem pequenas, elas também demonstram forte motivação para a interação com outras crianças. A orientação para o outro, além de lhes garantir acesso a um grande conjunto de informações que este outro lhes proporciona, evidencia uma característica básica do ser humano que é a capacidade de estabelecer vínculos. (BRASIL, 1998, v. 2, p. 18).

Nestes novos vínculos que a criança estabelece, ela terá a possibilidade de perceber que o homem é um ser que precisa do outro para viver, ele nasceu para viver em grupo, o que o leva a buscar sempre uma melhor forma de relacionamento com os outros.

3.2 A escola

Reconhecendo que a criança é fortemente marcada pela sociedade, e que também deixa suas próprias marcas neste meio, que tem a sua família como o seu principal referencial, apesar de todas as relações que ocorrem em diversos ambientes, é preciso reconhecer que o espaço infantil também tem o seu papel neste processo de socialização.

A escola sendo uma instituição de ensino capacitada a educar e comprometida com a formação integral das crianças, possui grande importância e participação neste processo de socialização contribuindo para que cada um de seus envolvidos se desenvolva gradativamente no contato com o outro, participando das atividades do grupo em que começa se inclui. Iniciando a vida escolar é preciso acolher a suas regras. Em respeito escola e suas normas e também em relação às pessoas que irão passar esse período juntas.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), recomenda a oferta de debates em que as crianças possam se pronunciar e exprimir suas opiniões até que se coordenem os pontos de vista para o estabelecimento de regras comuns é um procedimento a ser assegurado no planejamento pedagógico. Além das regras, as sanções para o caso de descumprimento delas devem também ser tema de conversa, no qual a ponderação e mediação do adulto tem papel fundamental.

É para o fortalecimento das relações entre os integrantes desse ambiente, tornasse eficiente momentos em que sejam proposto aos educandos sua participação aos

acontecimentos e decisões a serem tomadas para todo o grupo, proporcionando que nesses momentos ocorram o desenvolvimento do espírito crítico e democrático entre as crianças.

Ainda segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), em relação às regras, além de se manter a preocupação quanto à clareza e transparência na sua apresentação e à coerência das sanções, é preciso dar oportunidade para que as crianças participem do estabelecimento de regras que irão afetar-lhes diretamente.

As regras ou normas disciplinares nunca devem ser impostas pelo adulto, uma vez que as crianças ainda consideram essas normas obrigatórias e, como sabemos, para chegarem a uma verdadeira autonomia é preciso que elas compreendam as razões e o significado das regras. Assim, quando houver necessidade de determinar as normas que orientarão as atividades de sala, elas serão decididas em conjunto. Uma vez estabelecidas, porém, a regra deverá ser sempre cumprida. (THIESSEN; BEAL, 1987, p. 13).

Em uma construção coletiva cada aluno poderá dar sua opinião diante das situações problemas. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), enfatiza que é importante criar situações educativas para que, dentro dos limites impostos pela vivência em coletividade, cada criança possa ter respeitados os seus hábitos, ritmos e preferências individuais. Da mesma forma, ouvir as falas das crianças, compreendendo o que elas estão querendo comunicar, fortalece a sua autoconfiança.

É importante ouvir as considerações das crianças, respeitar as individualidades e a capacidade de aprender que cada uma irá apresentar nessa fase. Pois cada idade consegue assimilar aquilo que lhe é possível de ser compreendido. Ensinar-lhes o que está além de seu entendimento possibilita que ela aprenda ações e comportamentos que não são convenientes à construção de sua personalidade e do conhecimento. (SANTANNA; MIRANDA; SANTIN, 2014).

Entende-se, que a instituição escolar deve ser totalmente acessível às pessoas em que dela participa, ou seja, possibilitar que a fase de desenvolvimento das crianças seja por intermédio de aprendizagens significativas. E a escola como ambiente socializador deve mediar atividades coletivas e cooperativas, que possibilite uma maior integração das crianças. Ofertando brincadeiras, músicas, jogos entre outras práticas que abranjam de modo lúdico o desenvolvimento dos participantes.

Santanna, Miranda e Satin (2014), citam que a educação destinada às crianças assume uma nova função, formar crianças capazes de aprender e apreender, aptas a pensar e estabelecer base para a formação de uma pessoa ética e adequada a conviver em um ambiente democrático. Desse modo, essa nova função propõe atividades que desenvolvam em conjunto

de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, apropriados a cada faixa etária. Assim é necessário que a família e a escola andem juntas. Já que a família e a escola são sistemas sociais importantes para a promoção do desenvolvimento do caráter e das competências humanas. E a criança pode torna-se um sujeito saudável e socialmente comprometido, se forem atendidas suas necessidades emocionais, físicas, intelectuais e sociais em interações afetivamente significativas com o ambiente. (VALLE; GUZZO, 2004).

3.2.1 O processo de adaptação escolar

A adaptação escolar é de grande importância no processo de socialização, e as crianças estão sempre buscando meios de se relacionar com os demais, tanto no ambiente escolar como também em seu próprio contexto social. Tomazi (2013), diz que cada indivíduo ao fazer parte de uma sociedade, insere-se em múltiplos grupos e instituições que se cruzam, como família e a escola. E é na inserção nesses grupos, que a socialização acontece e resgata inúmeros benefícios aos seus envolvidos. Entre eles a criação de vínculos afetivos nas relações com as pessoas de seu convívio escolar, como na adaptação e integração a esse novo ambiente, sendo que ele é o alicerce principal para que essa construção seja permanente e prazerosa.

Um fator importante a se considerar neste início é “o diálogo entre os pais e professores. A percepções das necessidades das crianças no ambiente escolar pode ajudá-lo a fortalecer suas potencialidades de adaptação, a partir do enriquecimento de seus aspectos positivos: seu apego, interesse e afetividade.” (VALLE; GUZZO, 2004, p. 94).

Ao inserir no ambiente escolar, adaptando as normas e horários da instituição algumas crianças apresentam maneiras diferentes ao adaptar a esse ambiente. O processo de adaptação é importante tanto para a criança que vai ingressar na instituição como também para os profissionais que trabalham neste local. Desde seu início a adaptação deve ser uma tarefa cooperativa entre família, escola e criança. Em um processo construtivo e diário que ofereça muitas oportunidades de socialização.

O ingresso na escola representa mais um marco no desenvolvimento do processo separação individualização da criança no seu crescimento. Permanecer numa escola, ambiente novo e desconhecido, por mais atraente que ele seja sempre significa ficar sem a presença da mãe, portanto, sem o conhecimento, sem o seu porto seguro. Muitas vezes não é só o novo que assusta, mas sim a ausência da mãe. A criança pode querer ficar e simultaneamente temer afastar-se da mãe, pois isso significa renunciar à sua proteção. (RIZZO, 1985).

A adaptação da criança na escola desperta insegurança tanto para a mãe como para os novos professores. Isto porque o novo causa estranheza. É importante que esse momento seja de modo cooperativo entre familiares e professores, para que todos possam colaborar neste desenvolvimento, principalmente nesta adaptação inicial ao ambiente escolar.

Cada criança vai se comportar de maneira diferente frente ao distanciamento do ambiente familiar. E as atividades escolares devem ser atraentes para facilitar esta adaptação.

Caberá à escola programar um período facilitador dessa passagem: período de adaptação, que deverá constar de atividades suficientemente atraentes que possibilitem à criança fazer a opção de ficar na escola, apesar disso representar afastar-se de sua mãe. (RIZZO, 1985, p. 313).

Neste período inicial de descobertas e adaptação, tornasse importante flexibilizar as atividades a serem praticadas pelos iniciantes, possibilitando que as mesmas sejam realizadas para suprir a ausência da mãe, despertando o gosto em permanecer ao ambiente. Em algumas situações, para a criança se adaptar é preciso de tempo. Umas iram se acostumar logo nos primeiros dias de início as aulas, mas também poderá haver as que não irá aceitar essa nova rotina com tanta facilidade. Isto, porque cada criança tem seu jeito e seu ritmo.

Boa estratégia para essa iniciação é abranger o foco em atividades lúdicas, com ênfase nos jogos e nas brincadeiras, considerando as mesmas como elementos facilitadores para a adaptação. Assim “o professor pode planejar a melhor forma de organizar o ambiente nestes primeiros dias, levando em consideração os gostos e preferências das crianças, repensando a rotina em função de sua chegada e oferecendo-lhes atividades atrativas.” (BRASIL, 1998, p. 82).

Outra forma de contribuição da família para a escola segundo Rizzo (1985), é conhecer melhor a criança; levantar possíveis ‘problemas’; detectar a força do elo mãe-criança; identificar o ‘tipo’ de mãe (ambições, medos e influências, relacionadas ao filho). Orientá-la sobre possíveis ‘traumas’ dessa separação, preparando-a e fortalecendo-a para enfrentá-los de maneira positiva. Orientá-la sobre as vantagens dessa etapa da vida da criança, sobre o papel da mãe e da escola. Informá-la sobre o plano/horário do período de adaptação.

Em cooperação a essa adaptação, todos sairão beneficiados. Tanto a família ao perceber a importância de acompanhar e auxiliar nesta permanência, por mais difícil que seja. Aos educadores, pois contribui para a formação integral de cada criança, por intermédio de uma rotina de aprendizagens que aborda em seu repertório uma ampla vantagem de descobertas e conhecimentos, adaptando a esse novo ambiente.

3.2.2 A postura do educador

Quanto à postura do educador, faz-se necessário um olhar abrangente para os novos vínculos formados, ou seja, entre ele e a criança. O educador tem perceber que a criança é um pequeno ser em transformação e que ele precisa atender os alunos durante esta iniciação.

Serão eles os profissionais mais importantes para a iniciação escolar das crianças em determinadas época de sua vida. E conforme ressalta Valle e Guzzo (2004), através do professor que a criança se defronta com o sistema educacional e os resultados dessa experiência vão influenciar na sua formação. E o professor irá favorecer a aprendizagem, desenvolvendo aspectos que funcionam e transformam atitudes apáticas em atitudes dinâmicas de cada aprendiz.

Rizzo (1985), relata que o papel do professor como estimulador deve ser um líder orientador, amigo, aquele que encoraja o aluno a crescer para sua autonomia e liberdade. E em meio a todas essas colocações os educadores são aqueles que amparam, protegem e educam, sempre que há necessidade.

É no ambiente escolar o local em que iram se concretizar a formação das primeiras relações afetivas entre alunos e educadores. É fundamental que o educador conheça e entenda seus alunos, para facilitar o contato entre eles e para saber em que aspectos sua intervenção inicial deverá ocorrer.

Tem os educadores escolares grandes responsabilidades pela elaboração e estimulação de atividades que irão inserir as crianças em novas aprendizagens, como a abertura para novos saberes. Mantendo a importante conduta ética dentro da instituição, sem demonstrar sentimentos de autoridade e repressão diante dos alunos. Assim intervindo de modo construtivo no desenvolvimento dos mesmos.

Os profissionais das escolas infantis precisam manter um comportamento ético para com as crianças, não permitindo que estas sejam expostas ao ridículo ou que passem por situações constrangedoras. Alguns adultos, na tentativa de fazer com que as crianças lhes sejam obedientes, deflagram nelas sentimento de insegurança e desamparo, fazendo-as se sentirem temerosas de perder o afeto, a proteção e a confiança dos adultos. (CRAIDY; KAERCHER, 2001, p. 31).

O papel dos educadores deve-se mediar a atitudes respeitáveis, devendo assim agir em comum respeito com os alunos, mesmos quando os atos praticados por eles estejam em desacordo com os combinados de sala. Sem deflagrar sua autoridade, seu agir não deve incluir

atitudes desrespeitosas. O essencial é que conheça cada vez mais suas crianças, para saber intervir de maneira positiva e ética.

Valle e Guzzo (2004), também pontuam que é essencial aos educadores conhecer as crianças para a realização de um trabalho de qualidade. A melhor compreensão da criança pelo professor beneficiaria a interação entre eles, e o educador poderia, assim, desenvolver, a tempo, estratégias para auxiliar a aquisição de conceitos, quando ainda não se apresentem suficientemente compreendidos, apoiando-se no respeito ao que é trazido de casa pela criança e valorizando suas experiências familiares.

É fundamental que se conheça e entenda a criança como pessoa de sentimentos, vontade, desejos e necessidades, sobretudo com direitos e deveres para, a partir de tais considerações, agir sobre ela de forma que possa contribuir para o seu desenvolvimento, sendo que a relação entre criança, família e escola deve ser dinâmica e verdadeira, caracterizando-se pela participação dos educadores e dos seres responsáveis, sem deixar de conhecer e reconhecer sua história de vida. (CAMPOS; LIMA, 2010, p. 32).

Identificando as individualidades das crianças que estarão em adaptação neste período, torna-se importante a interferência dos educadores, de modo que os mesmos possam contribuir para o desenvolvimento infantil. Segundo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), é preciso que o professor possa ajudar a criança a identificar suas necessidades e priorizá-las, assim como atendê-las de forma adequada. Cuidar da criança dando atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades.

Intervir de modo construtivo e educativo deve ser a prática diária dos educadores, compreendendo cada um com suas próprias capacidades e tempo para assimilar os conhecimentos propostos. “Isto inclui interessar-se sobre o que a criança sente, pensa, o que ela sabe sobre si e sobre o mundo visando à ampliação deste conhecimento e de suas habilidades que aos poucos a tornarão mais independente e mais autônoma.” (BRASIL, 1998, p. 25).

E para efetivar essa função há a necessidade de um ensino de qualidade abrangente e flexível. E falar de qualidade de ensino na educação infantil, é preciso falar em práticas que envolvam o brincar como um componente socializador, pois este faz parte da infância.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades

de socialização por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais.

As práticas educativas são recursos que favorecem a interação e estimulam a aprendizagem. Sua oferta beneficia o trabalho educativo, pois proporciona a socialização por meio de práticas diversificadas, realizadas em situações que envolvem a interação. Assim o educador utiliza o ato de brincar com intenção de ensinar e realizar as devidas intervenções.

O professor pré-escolar, atento ao desenvolvimento social de suas crianças, organiza jogos/brincadeiras e atividades propícias para serem realizadas em pequenos grupos para que, aos poucos, a criança consiga basear suas relações no respeito mútuo, na cooperação e na reciprocidade. Cabe-lhe ainda estar atento para garantir a inclusão, em seu planejamento, de uma variedade adequada de estímulos, através de atividades que atendam aos interesses da turma. (THIESSEN; BEAL, 1987).

Utilizando-se de muitos métodos de ensino, os educadores da educação infantil necessitam, além de sua conduta pessoal, a responsabilidade em garantir a formação dos educandos, rever também o ambiente no qual vai passar todo esse processo de aprendizagem e de troca de conhecimentos e interações.

4 O PAPEL DOS JOGOS E DAS BRINCADEIRAS NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO

A educação infantil, por tratar da formação inicial das crianças, cabe a ela estimular suas atividades, brincadeiras e jogos, em uma rotina flexível e passiva as mudanças, para que seu real papel de formadora de sujeitos socialmente responsável se concretize. O espaço em que vão concentrar suas atividades deve, portanto, ser arrumada de forma a permitir e estimular as seguintes ações da criança: manipulação de objetos, exploração do meio ambiente, atividades livres e criadoras, imaginação e criatividade, iniciativa à responsabilidade, relacionamento afetivo social de todo o grupo. (RIZZO, 1985).

Entre essas experiências, o professor atento ao desenvolvimento social das crianças organiza jogos e atividades propícias para serem realizadas pelos alunos, sejam para ser resolvidas em pequenos grupos ou individualmente, dando oportunidades para que elas próprias consigam basear suas relações no respeito ao próximo e na cooperação com os demais.

É preciso que você, educador, tenha conhecimento sobre as classificações dos jogos que possibilitam identificar quais tipos atendem aos objetivos elaborados de acordo com as necessidades dos alunos e do planejamento pedagógico; como organizar um ambiente rico e dinamizador de interações e como observar os avanços e as dificuldades explicativas em momentos de jogos por meio da escuta das falas orais e corporais, pois o corpo também fala. (DUPRAT, 2014, p. 35).

Surge a importância das atividades lúdicas para proporcionar essas relações afetivas. Entra a brincadeira, cujo papel é essencial ao processo de socialização rumo às novas aprendizagens. Santanna, Miranda e Santin (2014) também contribuem, defendendo a utilização dos jogos e brincadeiras como recursos didáticos altamente produtivos para a aquisição dos conhecimentos formais. Com as atividades lúdicas no centro do processo pedagógico, a criança conseguirá articular de maneira mais alegre e espontânea os diferentes conhecimentos necessários à compreensão do mundo dos adultos.

Thiessen e Beal (1987), afirmam essa contribuição, nelas as crianças se agrupam de acordo com seus interesses para brincar juntas de algo que elas próprias escolhem e dessa maneira têm oportunidades de dialogar e manter trocas afetivas positivas. “O brincar facilita a transposição e a representação de conceitos elaborados pelo adulto para os educandos. Educar, nessa perspectiva, é ir além da transposição de informação ou de colocar à disposição

do educando apenas um caminho, limitando a escolha ao seu próprio conhecimento.” (DUPRAT, 2014, p. 38).

É através dessas trocas afetivas consolidadas com o diálogo que as crianças expressam suas vontades e interesses, importantes na construção dos alicerces de sua afetividade, socialização e inteligência, futuramente, para seu desenvolvimento integral e harmônico. Todos esses aspectos citados acima se concretizam por intermédio das brincadeiras, sendo exercitadas sem nenhuma dificuldade.

Segundo Thiessen e Beal (1987), o comportamento social do pré-escolar concentra-se em suas brincadeiras. É brincando que a criança vai, pouco a pouco, tomando contato com a realidade; na brincadeira ela oscila entre o real e o simbólico e tenta descobrir sua própria identidade e a dos outros. A brincadeira capacita a expressão de sentimentos perturbados, ajudando a criança a aprender a lidar com eles.

Outro ponto importante a ser trabalhado é a promoção de debates, pois através deles as crianças podem se pronunciar e exprimir suas opiniões até que se coordenem os pontos de vista para o estabelecimento de regras comuns que é um procedimento a ser assegurado no planejamento pedagógico. Além das regras, as sanções para o caso de descumprimento delas devem também ser tema de conversa, na qual a ponderação e a mediação do adulto têm papel fundamental. (BRASIL, 1998).

Sua frequente prática habilita a atender e respeitar as regras e construir uma aceitação favorável às normas impostas seja pela instituição, professor, colegas e outros, além de facilitar os processos de interação na sala. Rizzo (1985), comenta que a atividade lúdica proporcionada pelo jogo e brinquedo em geral, deve ser o elemento propulsor de todo o trabalho de educação pré-escolar. O jogo desenvolve a imaginação, a persistência na direção de objetivos, exige tomada de iniciativas intelectuais, exige soluções, desafia o uso de regras ou funções, estimula mental e socialmente a criança, dentre outros incontáveis objetivos educacionais.

Segundo Santanna, Miranda e Santin (2014, p. 145), “esses momentos exigem a construção de regras juntos às crianças, promovendo adaptações das rotinas trazidas de casa para a escola. Cuidando para que as modificações e as adaptações respeitem o tempo da criança, evitando conflitos em que a sua autonomia não é respeitada”. Assim se vê necessário oportunizar brincadeiras e jogos que abrangem atividades de cooperação onde as crianças possam participar juntas sem discriminação dos demais, mas atentando a elaborar atividades aptas nesta fase. Dessa forma as próprias crianças conseguem partilhar de boas experiências e os objetivos propostos são alcançados.

O estabelecimento de condições adequadas para as interações está pautado tanto nas questões emocionais e afetivas quanto nas cognitivas. As interações de diferentes crianças, incluindo aquelas com necessidades especiais, assim como com conhecimentos específicos diferenciados, são fatores de desenvolvimento e aprendizagem quando se criam situações de ajuda mútua e cooperação. As características de cada criança, seja no âmbito afetivo, seja no emocional, social ou cognitivo devem ser levadas em conta quando se organizam situações de trabalho ou jogo em grupo ou em momentos de brincadeira que ocorrem livremente. (BRASIL, 1998, p. 33).

A importância de envolver as regras no ambiente escolar infantil é pela sua eficiência ao proporcionar aos envolvidos de modo lúdico, a construção de sua personalidade e conhecimento. Ressaltando novamente as considerações de Santanna, Miranda e Santin (2014), não é o ato do jogo ou do brincar, mas sim os instrumentos utilizados na execução dessa ação. É por meio do brinquedo que a criança participa das brincadeiras, pois agindo sobre eles de forma espontânea e livre, essa criança pode escolher como e onde brincar. O jogo, por sua vez, precisa necessariamente das regras que, uma vez definidas, deverão organizar a dinâmica da atividade lúdica.

Dai a importância de regras neste ambiente, pois possibilitam a organização tanto da dinâmica das rotinas escolares, como também do convívio dentro da instituição, uma que vez os jogos e as brincadeiras buscam o objetivo de atender ainda mais os alunos envolvidos neste ambiente. Considerando também que é a forma mais flexível e eficiente do brincar para o repasse e a assimilação dos novos conteúdos e para inserir normas a conduta das crianças.

É preciso a frequente elaboração dos educadores para a realização desses momentos. Deste modo as crianças terão a oportunidade de interagir com os demais e favorecer seu desenvolvimento.

O uso do brinquedo/jogo educativo com fins pedagógicos remete-nos para a relevância desse instrumento para situações de ensino-aprendizagem e de desenvolvimento infantil. Se considerarmos que a criança pré-escolar aprende de modo intuitivo, adquirem noções espontâneas, em processos interativos, envolvendo o ser humano inteiro com suas cognições, afetividade, corpo e interações sociais, o brinquedo desempenha um papel de grande relevância para desenvolvê-la. Ao permitir a ação intencional (afetividade), a construção de representações mentais (cognição), a manipulação de objetos e o desempenho de ações sensório-motoras (físico) e as trocas nas interações (social), o jogo contempla várias formas de representação da criança ou suas múltiplas inteligências, contribuindo para a aprendizagem e o desenvolvimento infantil. (KISHIMOTO, 2011).

Ainda segundo as contribuições de Kishimoto (2011), o jogo e a brincadeira com conduta livre que favorecem o desenvolvimento da inteligência e facilitam o estudo. Ao atender necessidades infantis, o jogo infantil torna-se a forma adequada para a aprendizagem dos conteúdos escolares. O pedagogo deveria dar forma lúdica aos conteúdos.

Como o brincar possibilita momentos tanto de bem-estar e prazer como de aprendizados, o trabalho pedagógico poderá utilizar suas potencialidades para o letramento, criando situações lúdicas em que as experiências possibilitem que as crianças conheçam o uso e a função da língua escrita bem como o desenvolvimento da imaginação, criatividade, criticidade e habilidades sociais. (SANTANNA; MIRANDA; SANTIN, 2014, p. 131).

As atividades lúdicas são essenciais às rotinas escolares, tanto ao infantil como também não pode ser deixada de lado ao iniciar o ensino fundamental, como é na maioria das vezes. Sua prática continua é uma alavanca para o processo de ampliação infantil e os educadores necessitam resgatar esse valor, contribuindo para a formação integral do brincar aprendendo e descobrindo o novo no coletivo.

Chegar ao ensino fundamental não significa abrir mão do lúdico que tanto auxilia na didática pedagógica dando oportunidade para uma melhor assimilação dos conteúdos por parte dos alunos. Ainda segundo Santanna, Miranda e Santin (2014), ao trabalhar os diferentes conceitos por meio de diversas linguagens, o jogo e a brincadeira permitem que o professor verifique o domínio dos conteúdos e planeje suas atividades, a fim de promover a aprendizagem significativa. Por promover diálogo a troca de opiniões, a capacidade de escolha e interpretação, as atividades lúdicas constituem-se como importantes instrumentos na aprendizagem das diversas áreas do conhecimento.

A utilização do lúdico como recurso pedagógico não deve se esgotar em momentos direcionados apenas as brincadeiras, mas o brincar, planejado ou espontâneo que podem fazer parte do currículo em diferentes áreas de conhecimento como a tecnologia, as ciências, a matemática, as línguas, a educação física, a arte, a geografia, a história, entre outras estudadas no ensino fundamental. (DUPRAT, 2014, p. 68).

Para ser utilizada com as garantias a ela impostas, faz-se necessário que a escola tenha clareza também sobre o significado do brincar para um currículo destinado à infância, respeitando as individualidades dessa fase e contribuindo para que a construção de uma educação humanizadora se concretize, pois o brincar representa um fator de grande importância na socialização da criança, é brincando que o ser humano se torna apto para viver em uma ordem social e um mundo culturalmente simbólico. (CAMPOS, 2010).

Santanna, Miranda e Santin (2014) também contribuem com essa afirmação, brincar não é apenas uma atividade divertida e sem qualquer propósito. Por meio das brincadeiras e dos jogos, a criança encontra respostas e busca sentido para as questões de sua vida, por isso afirmamos a importância do brincar para o desenvolvimento infantil. A falta de tempo, tão comumente utilizada como justificativa por pais e professores para a ausência da brincadeira no cotidiano infantil, prejudica o desenvolvimento da criança, impedindo que ela se integre à realidade, dificultando a construção da identidade e da autoestima dessa criança.

A atividade lúdica, além de ser muito esperada pelos alunos, tem intenção de trazer inúmeros benefícios que facilitam o aprendizado e a construção de laços afetivos que devem ser construídos nas escolas. Suas atividades devem ter significado para que os alunos associem o que precisam aprender, mas de maneira divertida e diversificada, integrando com outras pessoas e sendo viável ao professor fazer intervenções diante das atitudes dos alunos.

O jogo, como promotor da aprendizagem e do desenvolvimento, passa a ser considerado nas práticas escolares como importante aliado para o ensino, já que colocar o aluno diante de situações de jogo pode ser uma boa estratégia para aproximá-lo dos conteúdos culturais a ser veiculados na escola, além de estar promovendo o desenvolvimento de novas estruturas cognitivas. (MOURA, 2011, p. 89).

Ainda segundo as colocações de Campos (2010), as brincadeiras das crianças constituem-se em momentos singulares para que os professores as observem. Assim, a sala de aula pode transformar-se em um espaço de pesquisa, e o professor ter em mãos elementos significativos para planejar de forma intencional o seu trabalho.

Dessa forma os educadores devem interagir com as crianças em suas atividades lúdicas, fazendo seu papel de observador, valorizando e proporcionando o ato do brincar e as interações das crianças e, ao se inserir nelas, torna-se um importante parceiro e ao mesmo tempo tem oportunidades valiosas para intervir de forma oportuna e criar um ambiente de aprendizagens enriquecedoras. Pois “o brincar pode e deve ser utilizado pelos professores como um valioso recurso pedagógico, porque permite que o aluno dê significação ao mundo e atue decisivamente nas relações sociais que estabelece.” (SANTANNA; MIRANDA; SANTIN, 2014, p. 85).

Daí os educadores precisam estar cientes de que uma das melhores maneiras de trabalhar a socialização com as crianças é nas brincadeiras. E com o olhar observador e atento esses educadores, fazendo suas intervenções e as adaptações indispensáveis, concretizem uma aprendizagem significativa e enriquecedora, em um ambiente rico de estímulos em todas as

áreas do conhecimento, de modo que se contemple a criança em sua totalidade e não em suas indiferenças.

Assim o educador pode partir da significação de que o lúdico permanece presente no ambiente infantil. “É preciso que delimitemos esforços para garantir à criança um espaço que possibilite a ação lúdica, ou seja, um ambiente no qual ela tenha a oportunidade de escolher os jogos, os materiais e o modo de explorar e criar suas brincadeiras.” (DUPRAT, 2014, p. 42).

Notamos que o ambiente escolar infantil carece de atender e cuidar das crianças de modo que sejam propiciadas oportunidades para que os mesmos possam experimentar e resolver situações problemas, dar suas hipóteses, pensar e brincar aprendendo, com autonomia para as tomadas de decisões. Tudo isso em um ambiente acolhedor e seguro em que se volta às suas especificidades e mantém as adequações precisas ao atendimento infantil, transformando o prazer de aprender em convívio com outras pessoas.

5 CONCLUSÃO

A primeira etapa da educação básica é a fundamental fase para o desenvolvimento de estímulos e também para a socialização da criança com a diversidade de culturas, reforçando conceitos éticos em respeito às regras impostas pelo meio social. Sendo assim, para que essa fase seja relevante aos objetivos propostos, à mesma deve abranger aspectos pedagógicos que incluem atividades com o total envolvimento das crianças, e propõem desenvolver as capacidades e habilidades dos mesmos, beneficiando a construção de sua identidade e autonomia, sem deixar de atender as especificidades e as individualidades de seus integrantes.

Portanto, se bem desenvolvida e formulada, a educação infantil se transforma em um lugar organizado, acolhedor e seguro, envolvendo um aprendizado permanente em contribuição para a formação social e ética e consolidando o ato de brincar aprendendo, de forma objetiva e dinâmica, considerando a brincadeira e o jogo como agentes socializadores.

E faz-se necessário o apoio constante e a participação dos pais junto à escola em um trabalho contínuo, enfatizando a formação das crianças como o principal objetivo desse processo. Assim, com o incentivo constante, as crianças irão construir atitudes e hábitos que serão importantes para seu futuro escolar e o respeito às ideias dos outros colegas, propondo uma educação voltada para o desenvolvimento integral e resultando na formação social de cada indivíduo que compõe o ambiente escolar infantil.

E compondo esse ambiente, resalto o valor das brincadeiras e dos jogos, promovendo a adaptação escolar. Ofertando momentos de socialização com os agentes integrantes dessas atividades lúdicas. Já que os mesmos fazem parte da infância. O brinquedo como elemento no qual as crianças irão dar significados, desenvolvendo sua própria opinião transcorrendo de situações imaginárias e criativas. E o jogo por incluir e incentivar o uso de regras, evidenciando a importância de cumpri-las dentro do contexto social. Portanto o ato do brincar além de facilitar a adaptação à instituição escolar, beneficia as práticas escolares, possibilita a socialização. No decorrer de práticas humanizantes e formadoras, em que é a Educação Infantil.

FEPESMIG

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BRASIL. Casa Civil. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília: Casa Civil, 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 06. nov. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 1998. (Vol. 1 e 2).
- CAMPOS, Gleisy Vieira; LIMA, Lilian. **Por dentro da educação infantil: a criança em foco**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.
- CRAIDY, Carmem M.; KAERCHER, Gládis E. P. da S. **Educação Infantil: pra que te quero**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- DUPRAT, Maria Carolina. **Ludicidade na educação infantil**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.
- DURKHEIM, Émile. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1989.
- KISHIMOTO, Tizuco Morchida (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011. cap. I, p. 15-48.
- KRAMER, Sonia; SOUZA, Solange Jobim. **Histórias de professores**. São Paulo: Ática, 1996.
- MOURA, Manoel Oriosvaldo. A séria busca no jogo: do lúdico na matemática. In: KISHIMOTO, Tizuco Morchida (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011. cap. IV, p. 81-98.
- RIZZO, Gilda. **Educação pré-escolar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.
- SANTANNA, Adriene; MIRANDA, Ariane Camila Taliacolo; SANTIN, Rafael Henrique. **Teoria e prática na educação infantil**. Maringá: Morais, 2014.
- SOUZA, Solange Jobim e. **Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin**. 3. ed. São Paulo: Papyrus, 1994. p. 137-154.
- TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. São Paulo: Saraiva, 2013. cap. II, p. 21-26.
- THIESSEN, Lucia Maria; BEAL, Ana Rosa. **Pré-escola, tempo de educar**. 2. ed. Brasília: Ática, 1987.
- VALLE, Luiza Elena Ribeiro; GUZZO, Raquel S. Lobo. **Desenvolvimento infantil**. São Paulo: Tecmedd, 2004.

FEPESMIG